

Ensino de Filosofia e uso do Livro Didático: um debate necessário

Philosophy Teaching and the use of the Textbook: A necessary debate

Resumo

A proposta deste texto é apresentar duas justificativas para que a comunidade acadêmica da filosofia possa se debruçar sobre as relações entre Ensino de Filosofia e o uso de Livro Didático. Parte-se de uma avaliação sobre a relevância da presença da filosofia na Educação Básica Brasileira e das possibilidades de aprendizagem por meio de livros didáticos de filosofia para expor essas duas justificativas. Na primeira, apresentaremos informações que mostram uma mudança qualitativa e quantitativa na presença de materiais/textos de filosofia acessíveis à população nos últimos anos que justificaria socialmente sua relevância e, na segunda, problematizaremos os discursos vindos, sobretudo da própria comunidade acadêmica (professores universitários) a respeito dessa aprendizagem da filosofia que tenha suporte ou introdução ou que se sirva de livros didáticos para efetivá-la. Nessa empreitada, se almeja produzir um sentido afirmativo sobre o uso de materiais didáticos para o ensino de filosofia e de sua qualificada expressão filosófica.

Palavras-chave: Ensino de Filosofia; Livro didático; Ensino Médio

* Professor no Departamento de Filosofia e no Programa de Pós-Graduação em Metafísica da Universidade de Brasília (UnB). E-mail: pedroegontijo@gmail.com

Recebido em: 16/02/2019 Aceito em: 08/06/2019

Abstract

The objective of this article is to discuss the importance of the Philosophy academic community to value in its researches and activities the relation between teaching Philosophy and the use of an textbook. It comes from an evaluation on the social relevance of the presence and learning of Philosophy in the Brazilian primary and elementary education using Philosophy textbooks resulted of public policies and questions discourses from the academic community (university professors), regarding this Philosophy teaching that is supported by textbooks to be effective. In those discourses there are, in some points, a exaggerated distinction between a classic text and a textbook. This task aims to produce an affirmative meaning on textbooks to Philosophy teaching and its qualified philosophic expression.

Keywords: Teaching Philosophy; Textbook; High school

Um quadro desafiador...

Talvez o principal destaque sobre ensino de filosofia no Brasil nestes últimos anos seja o fato de a filosofia ter ocupado um espaço na agenda escolar, universitária e midiática inédito em nossa história republicana. Essa ocupação de espaço possui algumas marcas históricas bastante precisas, tais como a aprovação pelo Congresso Nacional da obrigatoriedade do ensino de filosofia e sociologia no início dos anos 2000 e, logo depois, o veto presidencial de FHC; o progressivo retorno da filosofia à educação básica, sobretudo, no ensino médio por meio de legislações estaduais na década de 90 e primeiros anos da década passada; a Lei nº 11.684/2008 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e tornou obrigatória a presença da filosofia e sociologia como disciplinas no Ensino Médio; o crescimento no número de cursos e oferta de vagas em licenciaturas de Filosofia nas universidades federais com o REUNI¹; e o crescimento significativo das pós-graduações em Filosofia em todo o Brasil².

1 Como exemplos, podemos citar: a Universidade de Brasília - UnB que tinha uma oferta de 20 vagas semestrais e com o REUNI passou a ofertar 80 vagas, a universidade Federal de Sergipe - UFS oferecia 30 vagas anuais e com o REUNI passou a oferecer 45 vagas; na UFCG foi criado o curso de filosofia no REUNI com 40 vagas anuais; na UNIRIO com 30 vagas anuais.

2 Carvalho, M. Notas a lápis sobre a pesquisa em filosofia no Brasil: Expansão, Internacionalização e Consolidação da Pós-Graduação em Filosofia. ANPOF 2015.

Esse tripé de crescimento da presença da Filosofia (Educação básica, graduação e pós-graduação) estimulou e provocou a criação de políticas complementares que retroalimentaram os processos acima citados: o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD que vamos detalhar abaixo; a criação e oferta da Especialização Lato sensu em Ensino de filosofia ofertada por meio da UAB; o Programa de Bolsas Institucionais de Iniciação à Docência – PIBID; em 2017, o Mestrado Profissional em Filosofia – PROF-Filo e, no ano passado, o Programa de Residência Pedagógica. Tais programas, entre outros ganhos, proporcionaram o desenvolvimento de um ciclo de interação mais sistemática entre o ensino de filosofia na educação básica, na graduação e na pós-graduação.

Há muito que analisar a partir dessas iniciativas, mas nos interessa a postulação que a “comunidade” filosófica, entendendo essa formada por professores e pesquisadores na área de filosofia em todo o Brasil, deveria desenvolver pesquisas sobre essa popularização da filosofia. Obviamente é possível fazer pesquisa em filosofia no Brasil e ignorar que milhões de pessoas passaram nesses anos a ter algum contato com uma publicação sobre filosofia de norte a sul do país. Todavia, interessa-nos aqui propor que essa realidade inédita em nossa história, em termos absolutos, poderia provocar alguma reflexão sobre a relação de nossos cursos e nossas pesquisas nos departamentos e nos programas de pós-graduação em Filosofia com o Ensino Médio.

Abaixo discutimos esse processo de expansão das publicações sobre filosofia, sobretudo, dos livros didáticos e seu uso e propomos uma análise sobre um posicionamento bastante comum entre a comunidade filosófica brasileira que é a exacerbada distinção feita entre as obras que são consideradas obras de filosofia e as que são consideradas apenas como obras didáticas de filosofia.

Os livros didáticos e o PNLD

Pode-se afirmar com alguma segurança que tivemos dois grandes processos editoriais no Brasil nos últimos 100 anos, propiciando uma difusão significativa da filosofia: A coleção *Os Pensadores*, na década de 70 do século passado e, agora, iniciando em 2012, o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD de Filosofia para o Ensino Médio. O primeiro ocorreu com a iniciativa da Editora Abril que levou para as bancas de jornais coleções como “Gênios da Literatura Brasileira”, “Economistas” e os “Pensadores”. Segundo o jornalista Elio Gaspari: *Platão vendeu 250 mil exemplares. As coleções da Abril levaram para as bancas de jornais cerca de 12 milhões de livros e ela tornou-se a maior*

editora de livros de filosofia do mundo.³ O sucesso das diferentes edições da coleção *Os Pensadores* foi um fenômeno editorial que ainda carece de maior análise em nossa história.

O primeiro programa nacional do livro didático foi criado em 1929, com outra denominação. Ao longo desses 80 anos⁴, sobretudo nas últimas décadas, tem ocupado espaço importante nas políticas educacionais e editoriais. O atual Programa Nacional do Livro Didático - PNLD⁵, segundo dados, possui abrangência, nas redes estaduais e municipais de mais de 7.400.000 (sete milhões e quatrocentos mil) estudantes no Ensino Médio em quase 20.000 (vinte mil) escolas sendo beneficiados com livros didáticos. Somente no ano de 2015 foram distribuídos 35.337.412 (trinta e cinco milhões, trezentos e trinta e sete mil e quatrocentos e doze) livros didáticos das diferentes disciplinas. Foram adquiridos 7.556.075⁶ livros de filosofia, somando-se os cinco títulos aprovados em 2014. Essa era a previsão de compra para distribuição no triênio (2015-2017). A esses números podemos somar os livros específicos para o PNLD-EJA (Programa Nacional de Livro Didático – Educação de Jovens e Adultos) nos quais uma parte se refere a conteúdos de filosofia.

Considerando que em 2018 foi lançada a última edição do PNLD de Filosofia, estamos num prazo de três anos de mais um incremento significativo no número de exemplares de algum livro de filosofia nas escolas e, portanto, no Brasil. Essa ênfase nos dados ocorre na perspectiva de mostrar a importância de que a comunidade filosófica brasileira se dê conta dessa realidade presente no contexto da educação básica. Tanto para analisar, festejar ou mesmo lamentar a qualidade dos livros didáticos de Filosofia, parece relevante que se tenha uma postura que não seja de indiferença a esse processo de popularização da Filosofia. Parece-nos importante que:

3 GASPARI, E. *A página esquecida da cultura brasileira*. Folha de São Paulo. 16/06/2013 .

4 O PNLD é o Programa do Ministério da Educação para distribuição de livros didáticos para todas as séries da educação básica no ensino regular e para Educação de Jovens e Adultos. Sua história pode ser conhecida na página do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-historico> acesso em 24/10/2016.

5 <http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-dados-estatisticos> acessado em 24/10/16.

6 Títulos e nº de exemplares adquiridos pelo FNDE: *Filosofando – Introdução à Filosofia* - 1.991.720, *Fundamentos de Filosofia* - 1.826.885, *Filosofia: Experiência do Pensamento* - 1.709.916, *Iniciação à Filosofia* - 1.534.464, *Filosofia: Por uma Inteligência da Complexidade* - 493.090

*essa parceria se concretize e reverbere em uma reflexão crítica sobre os avanços e sobre os desafios da produção didática brasileira na área de Filosofia voltada para o ensino médio, pois essa produção encontra-se ainda bastante aquém do que pode oferecer a ampla comunidade brasileira de professores de Filosofia no país*⁷.

Neste ano (2019) estamos no segundo ano do triênio do PNLD2018. Foram 08 obras aprovadas na avaliação dos livros de filosofia que ampliou o leque de opções para docentes nessa área, com livros a serem utilizados em escolas públicas de todo o Brasil. Com a reforma do Ensino Médio aprovada em 2017, há dúvidas sobre como será a continuidade dessa política, dado que se o ensino de filosofia não é mais obrigatório, ao mesmo tempo não é proibido, e poderia ser devidamente articulado com os conteúdos da Base Nacional Comum Curricular - BNCC e com qualquer itinerário formativo a se implementar nos estados.

Segundo dados do movimento *Todos pela Educação* em 2016, assinalando pouco mais de 45 mil professores e professoras de filosofia atuando no Ensino Médio no Brasil, 93,9% possuindo formação de nível superior e 74,7% licenciatura, ressalta-se que apenas 21,2% possuem licenciatura em Filosofia⁸. Se os dados conseguem expressar a realidade, temos um quadro preocupante quanto à formação dos que estão ensinando filosofia nas escolas. É verdade que os dados de disciplinas como química, física e artes (respectivamente 33,7%, 19,2% e 14,9%) revelam que outras áreas também possuem realidade muito semelhante. A média nacional de professores que possuem licenciatura na área que atuam é de apenas 48,3%.

A presença massiva do livro didático de Filosofia, associada a essa realidade de falta de formação específica de docentes de Filosofia, pode gerar um uso inadequado de um material que deve ter espaço importante no trabalho pedagógico e ser acompanhado de outras estratégias didáticas. O problema não é a existência e distribuição do livro didático. É exatamente o contrário: o problema é a falta de formação para um uso adequado desse importante material didático. Os perigos de docentes mal formados ou em condições inadequadas de trabalho, ou de estudantes se acomodarem no uso de livro didático levam-nos a reafirmar a advertência que Lajolo apresentou há mais de 20 anos:

7 Guia de Livros Didáticos PNLD 2015 Filosofia, p. 08.

8 <http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/30096/483-dos-professores-ensino-medio-tem-licenciatura-na-disciplina-que-ministram/> acessado em 27/06/16.

O livro didático se apresenta como uma insubstituível muleta. Na sua falta ou ausência, não se caminha cognitivamente na medida em que não há substância para ensinar. Coxos por formação e/ou mutilados pelo ingrato dia-a-dia do magistério, resta a esses professores engolir e reproduzir a ideia de que sem a adoção do livro didático não há como orientar a aprendizagem. Muletadas e muleteiros se misturam no processo...⁹

Obviamente os livros didáticos sofreram modificações ao longo desses 20 anos e, por exemplo, os manuais dos professores são hoje mais completos que outrora, garantindo um volume maior de orientações e sugestões aos docentes que em edições anteriores ao PNLD. Mesmo assim, alguns problemas, conforme relatos de professores de escolas públicas ainda permanecem. Os professores ficam muitas vezes pressionados a escolherem um livro que consiga “dar conta” do conteúdo e a usarem o livro completo, sem se dar conta da inexistência de livro didático ideal e da necessidade de docentes e estudantes serem construtores de suas aulas de filosofia. Outra questão apontada por LAJOLO (1997, p.09) é o crescimento no uso de livro didático que há alguns anos era acompanhada de uma desqualificação do trabalho docente. Para algumas instituições, um livro didático poderia perfeitamente dar conta de parte do trabalho feito por docentes.

Com esses aspectos, acreditamos ter abordado a justificativa social e política para uma outra relação da comunidade filosófica com a produção de materiais didáticos e sua popularização. Entretanto, uma outra abordagem, menos quantitativa, deveria provocar o pensar sobre a distinção entre o didático e o filosófico nas produções filosóficas.

Texto clássico com intencionalidade didática

Consideramos que há um equívoco em discursos correntes entre acadêmicos de filosofia em universidades, quando se afirma a discrepância entre um texto clássico de filosofia e um livro didático de filosofia, cuja importância é desqualificada no ensino de Filosofia. Essa afirmativa pode ser justificada por duas vias: a presença da intencionalidade didática em obras consideradas clássicas e a clara explicitação de perspectivas filosóficas nas obras chamadas didáticas de filosofia.

9 Lajolo, M. *Livro Didático: um (quase) manual de usuário*. 1997. p.09.

A primeira vertente pretende, como afirmado, defender a hipótese de que, em geral a produção filosófica escrita possui alguma intencionalidade didática, ou seja, o autor das ideias, conceitos, problemas ou o seu compilador visou à socialização de ideias, pensamentos, teorias elaboradas ou em elaboração. A organização, mesmo de manuscritos, permite que tal elaboração filosófica possa ser disseminada, inclusive como fonte primária, sem a presença física daquele que as formulou. Afirmar que algumas obras são por demais herméticas e destinadas a um grupo bastante seletivo de especialistas em condições mais viáveis de acessibilidade e entendimento não contradiz essa hipótese, apenas a reforça, pois mostra que obras podem ser escritas, ou sempre são escritas tendo em vista algum público, nem que seja o próprio autor a desejar ver sistematizadas suas ideias.

O escrever pode oportunizar ao autor uma apropriação sistemática e explícita daquilo que antes estava apenas organizado em seu pensamento. Esse colocar por escrito ou a difusão de alguma publicação ocorre por ação do autor ou outro, havendo ou não, a vontade/autorização daquele que escreveu. Há um grande número de obras que foram escritas com a perspectiva de iniciar ou de permitir a algum público o aprofundamento em algum tema, problema ou questão. Podemos citar “*De Magistro*” de Santo Agostinho, “*Da Arte de Ler de Hugo de São Vitor*”, “Discurso do Método” de Descartes, “*Lógica, ou a arte do pensamento*”, também conhecida como “*Lógica de Port-Royal*”.

Outras tantas publicações são compilações ou relatos das aulas feitos por ouvintes ou pelos próprios autores, nos quais a intencionalidade didática fica ainda muito mais explícita, embora essas obras sejam comumente chamadas de clássicos e não de didáticos. Nesse grupo podemos incluir obras de muitos filósofos e filósofas como Foucault, Deleuze e Lacan. Já são considerados clássicos da filosofia contemporânea os cursos de Foucault Cursos no Collège de France, como, por exemplo, *O Nascimento da Biopolítica*, mas poderia ser qualquer outro livro resultante de seus cursos. Esse tipo de produção possui uma estrutura iniciada por uma introdução na qual Foucault recorda questões do ano anterior e apresenta sua proposta para o ano em curso, desenvolvendo seu argumento. Ao final apresenta uma conclusão. O acesso a uma obra como essa se deve, sobretudo, ao trabalho de gravação que ocorria em seus cursos. Era uma época em que se popularizavam os gravadores com fitas K7, e a mesa à frente de Foucault ficava, por vezes, repleta desses gravadores para registrar seu curso. O produto era resultado da pesquisa desenvolvida no período anterior ao curso, ministrado do início de janeiro até o fim de março, esperando-se que cada docente no Collège cumprisse uma carga horária de 26 horas-aula por ano.

O que nos interessa com esse exemplo é referenciar uma obra, fruto do trabalho de pesquisa e de docência. Poderia ser considerado um texto didático em sentido lato por ser um livro que é a expressão das aulas dadas? Um livro no qual a intencionalidade didática se fazia presente, conforme já se disse? Portanto, se existe uma distinção entre uma escrita filosófica de diferentes gêneros da escrita, interconectada com a docência, podemos dizer que esses limites estão, no mínimo, esgarçados nessas situações.

Há obras clássicas resultantes de reunião e compilações de textos publicados em jornais e revistas populares. Pode-se afirmar que um autor que publica suas ideias em jornais e revistas tem um interesse em disseminar suas ideias e, portanto, o cuidado com o texto deve ser uma característica a ser levada em conta, já que sempre se escreve para alguém. Podemos, talvez, identificar um grupo de obras que se chamariam de “obras-experiência”, cujo autor buscasse apenas o registro escrito das ideias, intuições, argumentos e teorias que se faziam presentes em seu pensamento para melhor organizá-lo e sistematizá-lo.

Um outro grupo de obras consideradas clássicas são os comentários. Diversos filósofos escreveram suas obras “clássicas” explicando as ideias de outros filósofos. Porfírio, que viveu no século III e início do século IV, além da biografia de Plotino, foi o autor de uma biografia de Pitágoras e tem, entre seus escritos, *Isagoge*, um comentário da obra *Categorias* de Aristóteles. Como abordado aqui, talvez coubesse também uma rememoração de diferentes obras que foram construídas na tradição, com evidente perspectiva pedagógica, não havendo consenso sobre sua inferioridade se comparadas a outros gêneros de produção filosófica.

Podem-se incluir nessa lista os livros relativos ao período medieval, mas como se poderia argumentar tratar-se mais de ensinar teologia ou doutrina que propriamente filosofia, preferimos não ampliar a argumentação usando-os como principais exemplos. Pode-se entender que, no contexto cristão medieval, muitas produções continham uma forte preocupação educacional, o que poderia nos levar a dar mais crédito a esse modelo de análise do que aos escritos, os quais porventura não tratassem diretamente do ensino de filosofia, mas de ensinar¹⁰ ou do ensinar qualquer coisa relacionada a uma visão de mundo ou de humanidade.

10 Poderíamos citar: *Catechizandis rudibus* de Agostinho, ou bem depois obras como *Speculum maius*, *De eruditione filiorum nobilium* e o *De morali principis institutione* de Vicente de Bauvais; *De modo addiscendi* e *Collectio de Scandalis Ecclesie* de Gilberto de Tournai.

Texto didático como expressão filosófica

Há discursos que acentuam o caráter “instrumental” ou “didático” dos livros com essa denominação, desqualificando o caráter filosófico dos mesmos, como que expressando não serem eles obras filosóficas, apenas obras que explicam teorias, autores, sistemas e que funcionariam apenas como informações enciclopédicas, com apenas referencial. Por vezes o foco da crítica está também na existência de um registro moralizante e político-ideológico:

A Escola e os processos de transposição didáctica que se exigem aos saberes que nela têm lugar, às disciplinas escolares, em nada se confundem com uma substituição de critérios científico-pedagógicos por critérios político-ideológicos e estatais apresentados como educativos. A confusão que se opera entre estes diversos planos cria condições para que, nomeadamente, o discurso dos autores dos manuais de Filosofia resvale frequentemente para um registo moralizante e político-ideológico, de difícil justificação filosófica, quer nos conteúdos quer na forma, no objecto ou no método. É esta situação, gerada e mantida na Escola, que consideramos corresponder a uma fragilização do saber filosófico ensinado¹¹. (NOGUEIRA, 2008, 527)

Todavia, quando vemos a variedade de obras didáticas de filosofia em diferentes países explicitando escolhas não apenas quanto ao formato, tamanho, mas pelo viés teórico que veiculam, podemos relativizar tais acentuações.

Os livros didáticos são organizados por problemas, por temas, por alguma suposta concepção de história da filosofia ou mesmo por modelos híbridos dessas três formas. Podemos desconfiar que esse conjunto não é arbitrário. As escolhas dos temas, dos excertos ou fragmentos de clássicos são expressão de perspectivas filosóficas. A citação ou não de determinado autor não se constitui mero acaso, mas é fruto de escolhas que expressam visões sobre a filosofia e sobre seu ensino e sua aprendizagem.

Num interessante texto apresentado no GT – *Filosofar e Ensinar a Filosofar* durante a Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia – ANPOF, em 2014, Gilson Ruy Monteiro Teixeira explicou um pouco da história do livro didático no ensino de filosofia a partir de como se deu no Colégio

11 Nogueira, L.M.M.F. *A Filosofia no Espaço Escolar* 2008, Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa. p.527.

Pedro II, provavelmente na década de 1840¹². Segundo o autor, o primeiro manual usado para o ensino de filosofia era *Compêndio de Filosofia* de Antônio Genovesi, o que expressava, portanto, a influência da filosofia portuguesa, já que em Portugal esse manual era usado há um século.¹³ E longo percurso tivemos até o modelo atual de livro didático de filosofia.

Observemos um caso em particular do autor Danilo Marcondes e seu manual: *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. Obviamente podem ser levantadas objeções a esta escolha para ilustrar a hipótese aqui defendida, pelas peculiaridades dessa obra e suas enormes diferenças com relação a outros manuais produzidos e distribuídos pelo Brasil. Todavia, como tentaremos mostrar, se as diferenças entre essa obra e várias outras enfraquecem a força de sua ilustração, no mínimo, permitem propor a hipótese em questão. Vejamos como Marcondes justifica em seu prefácio as opções que fez ao compor o manual:

*Toda história da filosofia supõe necessariamente uma escolha. Aqui, pretendi apenas selecionar os aspectos da tradição filosófica que me pareceram mais representativos dessa tradição ao longo da história, desde o seu surgimento até o período contemporâneo. Sem dúvida, há o privilégio de uma linha de tratamento da questão do conhecimento e de sua fundamentação desde Platão e Aristóteles, passando pelo ceticismo no período do helenismo e pela retomada do ceticismo no início do pensamento moderno, até Descartes, os empiristas, Kant, Hegel, Marx e à crítica da ideologia, chegando até a questão da linguagem na filosofia contemporânea. Certamente outros aspectos e autores poderiam ter sido selecionados, talvez igualmente ilustrativos e relevantes. Minha escolha foi justificada apenas com base em minha experiência de discussão das questões e leituras desses textos, realizadas durante mais de 15 anos lecionando história da filosofia, tanto para alunos dos cursos de filosofia quanto de outros cursos.”*¹⁴

12 Teixeira, G.R.M. Os manuais escolares utilizados para o ensino de Filosofia no secundário brasileiro (1836-1881) in Filosofia e Ensinar a Filosofia. ANPOF 2015.

13 Carrilho, M.M. *Razão e Transmissão da Filosofia*. 1987.pág.202.

14 Marcondes, D. *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2004. Pág. 13.

É um caso exemplar que assume as opções feitas, relacionando-as com suas preferências originadas na prática filosófica e docente. Assume a impossibilidade de se esgotar a tradição em uma só obra e explica suas opções. Em sua experiência, foi distanciando-se de uma gama de autores e aproximando-se de outros tantos. Desse processo, foi-se conformando uma visão da filosofia, dos problemas, autores e textos que lhe pareceram mais ilustrativos e relevantes. Nada mais filosófico que escolhas feitas a partir da produção de sentido que essas escolhas proporcionaram. Podem ter sido escolhas de produções mais articuladas e sistemáticas ou vivências da atividade filosófica.

Os autores e temas aqui tratados foram os que selecionei para esses cursos e refletem um interesse e um conhecimento pessoais, bem como uma preocupação em destacar em cada período e em cada filósofo a questão que me pareceu mais ilustrativa e mais importante. Preferi os riscos desta escolha à simplificação excessiva de um mero resumo das idéias do filósofo, obra ou corrente aqui examinados¹⁵.

Com isso queremos reforçar que um manual de filosofia constitui, sim, um tipo de produção filosófica, pois está ligado e expressa a visão de filosofia e da sua transmissibilidade por parte daqueles que escrevem ou produzem a obra. Assim, parece fazer sentido relativizar algumas distinções tão categóricas entre obras de filosofia e obras que ensinam filosofia e possuem a intencionalidade didática voltada para públicos não iniciados na filosofia.

Visita a uma posição contrária a nossa hipótese

Um interessante e qualificado posicionamento num sentido diferente do que procuramos fazer aqui pode ser encontrado no texto do filósofo Eduardo Barra (UFPR):

Apesar dos ganhos pedagógicos, institucionais e políticos representados pela inclusão da filosofia no PNLD (Plano Nacional do Livro Didático), nas suas duas últimas edições voltadas ao ensino médio (2012 e 2015), é importante reconhecer que o padrão pedagógico estruturado com base no livro didático não escapa à suspeita de um certo artificialismo pedagógico. Essa suspeita

15 Idem. 2004. 14.

decorre, antes de tudo, do próprio formato “livro didático”, cujos nexos com os gêneros literários que caracterizam a produção e a disseminação da filosofia – entre eles, o ensaio, a crítica, o diálogo, a narrativa, o comentário e o romance – são quase nulos. Na filosofia, o gênero literário “livro didático” não desfruta do mesmo estatuto funcional que, segundo Thomas Kuhn, ele adquire nas ciências. Com muita condescendência, o livro didático poderia ser aproximado do gênero “comentário filosófico”. Mas, na condição de comentário filosófico, o livro didático será sempre precário, se a sua leitura não for acompanhada da leitura dos próprios textos sobre os quais versam o comentário em questão¹⁶.

Nesse curto fragmento, Barra consegue apresentar elementos que permitem um diálogo interessante. Talvez a questão a ser levantada diante de sua afirmação seja constatar se a crítica é resultado de um trabalho de análise de livros didáticos de filosofia em geral publicados em diferentes países, o que fundamentaria uma adequada crítica ao gênero literário “livro didático” de filosofia, ou se é uma crítica ao que predominou como publicação de livro didático no Brasil, mais recentemente no PNLD. Em qualquer caso, caberia um bom debate, mas em se tratando de uma avaliação genérica ao gênero “livro didático em filosofia”, podemos indagar se não poderia caracterizar uma generalização não qualificada, dado que tal “gênero”, como qualquer outro em filosofia, não possui um formato fixo, acabado, repetido e a se repetir indefinidamente. Aliás, o próprio BARRA, em uma nota explicativa referente a esta afirmação final do trecho acima, reconhece que os gestores do PNLD incluíram nos requisitos para o livro didático o estímulo ao contato direto com textos filosóficos e com a prática da leitura específica.

Um ponto levantado por Eduardo Barra que mereceria uma análise mais pormenorizada, o que aqui não caberia, é uma discussão mais pormenorizada do estatuto funcional de Tomas Kuhn sobre o didático nas ciências. Talvez parte do problema na crítica ao uso do livro didático de filosofia reside no fato de muitos considerarem que este faz o mesmo que o livro didático de ciências, ou seja, seria um livro “sobre” e não um livro “de”. Uma leitura atenta à diversidade de livros didáticos de filosofia poderia (ou não) confirmar essa suspeita de que os livros didáticos de filosofia são livros de filosofia e não apenas “sobre” filosofia, com arranjos explicativos, classificativos. As opções e as exclusões existentes mostram isso.

16 Barra, E. Prefácio à edição brasileira do Livro *Comentário de texto filosófico* de Évelyne Rogue. Editora UFPR. 2014.

Para finalizar...

Livro didático não deve ser material de autoaprendizagem, a ser utilizado isoladamente pelo estudante. Se assim o fosse, teria outra função que não a de estar em sala de aula com docentes e discentes e todo um aparato pedagógico. Se as metáforas ajudarem, pode-se dizer que se trata de um instrumento que compõe um arranjo de ferramentas para a aula de filosofia. Ao mesmo tempo, é um instrumento musical no meio de uma orquestra que toca filosofia, ele mesmo sendo uma orquestra que toca de determinado jeito a filosofia que apresenta. É uma ferramenta da pintura como um pincel ou uma cor numa aquarela para pinturas da filosofia na sala de aula, mas ao mesmo tempo já é também uma pintura completa de uma forma de pintar a filosofia.

Ao longo do texto não se está afirmando que livros didáticos, como os apresentados ao PNLD ou outros, sejam “iguais” a obras clássicas de filosofia, mas sim que há discursos que distanciam exacerbadamente aqueles do que costuma se chamar de produção filosófica. No PNLD-Filosofia 2018, tivemos uma ampliação no número de obras aprovadas com relação a 2015, de 05 para 08 livros. A análise proposta no Guia do PNLD explicita adequadamente essa diversidade existente entre eles:

As perspectivas filosóficas dos/das autores/as percorrem as obras, diferenciando-se na seleção temática, na escolha dos textos da tradição, na forma de distribuir internamente seções e capítulos, em alguns conceitos que são mais evidenciados e até na prevalência de alguns tipos de atividades propostas. Não obstante, as filiações filosóficas e pedagógicas de cada coleção se fazem sem proselitismo, com respeito às demais posições. Assim, a possibilidade de escolher um material didático que mais se adequa a uma determinada posição filosófica é parte da riqueza nas obras selecionadas¹⁷.

Quando observamos as diferenças entre esses livros fica clara a diversidade de perspectivas filosóficas presente. Enquanto o livro de autoria de Silvio Gallo, *Filosofia: experiência do Pensamento*, expressa claramente um viés de-leuzo-guattariano, que perpassa não apenas o modo de estruturar os capítulos do texto, mas também o próprio movimento do apresentar a filosofia, o livro de José Antônio Vasconcelos, *Reflexões: Filosofia e Cotidiano*, ao publicar uma unidade inteira intitulada ‘Para além do eurocentrismo’ extrapola limites

17 Guia de Livros Didáticos PNLD 2018 Filosofia, p. 18.

eurocêntricos que cercam muitas obras. Nesta unidade aborda o pensamento oriental, africano e feminista. É outra perspectiva do que seja a filosofia. Esse posicionamento é diferente do que faz, por exemplo, Juvenal Savian em seu livro *Filosofia e Filosofias – Existência e Sentidos*, que justifica especificamente no manual do professor as razões pelas quais opta por não incluir tais tradições pela necessidade de levar aos estudantes uma “língua de segurança”, expressão que Juvenal retoma de Gerard Lebrun¹⁸.

Uma limitação da abordagem aqui feita é que, com o foco no PNLD, privilegiou-se na análise a situação de livros didáticos para o Ensino Médio e seria importante verificar se o que se pode dizer sobre o ensino de filosofia neste nível educacional seria apropriado para o Ensino Fundamental, inclusive nas séries iniciais. Para essas fases da educação escolar também cresce o mercado editorial de livros didáticos, tornando-se também desafios para departamentos e programas de pós-graduação.

Outro aspecto limitador nessa abordagem foi a não explicitação de uma análise histórica sobre livros didáticos, dado que desde o período imperial registra-se a presença de manuais para o ensino de filosofia no país. Tal fenômeno teve continuidade ao longo do século XX, independentemente da maior ou menor presença da filosofia no ensino público estatal, pois instituições particulares e, sobretudo, os seminários católicos mantinham manuais de autores como Jolivet e Maritain. Estes seriam precursores dos atuais livros didáticos. Uma análise histórica dos atuais livros didáticos mais reeditados nas últimas décadas, como os de Marilena Chauí e da dupla Maria Helena Pires Martines e Maria Lúcia de Arruda Aranha, também forneceria indicações sobre uma melhor (ou não) expressão filosófica do texto como um todo.

Entendendo que tanto por um viés político-social, quanto pelo aspecto didático-filosófico, o livro didático de filosofia hoje é parte integrante do material de estudo de milhões de estudantes, remetendo-nos a questões próprias da produção de textos filosóficos mais ou menos voltados ao ensino, e reforçando a proposição de que os livros didáticos de filosofia merecem uma atenção mais sistemática e orgânica da comunidade filosófica brasileira.

18 Gerard Lebrun, filósofo francês, fez parte da missão francesa que criou o Departamento de Filosofia da USP.

Referências

- BARRA, E. Prefácio à edição brasileira do Livro *Comentário de texto filosófico* de Évelyne Rogue. Curitiba: Editora UFPR, 2014.
- CARVALHO, M. Notas a lápis sobre a pesquisa em filosofia no Brasil: Expansão, Internacionalização e Consolidação da Pós-Graduação em Filosofia. In: DOMINGUES, I.; CARVALHO, M. *Pesquisa e Pós-Graduação em Filosofia no Brasil - Debates ANPOF de Políticas Acadêmicas*. ANPOF, p. 103-119, 2015.
- GASPARI, E. A página esquecida da cultura brasileira. *Folha de São Paulo*, 16 jun. 2013. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/eliogaspari/2013/06/1295791-a-pagina-esquecida-da-cultura-brasileira.shtml>. Acesso em: 21 dez. 2015.
- LAJOLO, M. Livro didático: um (quase) manual de usuário. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Em Aberto n° 69 – INPE, 1996.
- MARCONDES, D. *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2004.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica Guia de livros didáticos. *PNLD 2015 : filosofia : ensino médio – Brasília: Ministério da Educação, 2014. 52p.*
- _____. *PNLD 2018 : filosofia : ensino médio – Brasília: Ministério da Educação, 2017. 52p.*
- NOGUEIRA, L. M. M. F. A Filosofia no Espaço Escolar. 2008. Tese (Doutorado em Filosofia – Ensino de Filosofia) – Faculdade de Letras, Departamento de Filosofia, Universidade de Lisboa. Lisboa, 2008. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/2012>. Acesso em: 15 jan. 2019.
- TEIXEIRA, G. R. M. *Os manuais escolares utilizados para o ensino de Filosofia no secundário brasileiro (1836-1881)*. In: XVI Encontro da ANPOF: Filosofia e Ensinar a Filosofia, 2015.